

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional de São José dos Campos "Dr. Rubens Savastano"

Instituto Sócrates Guanaes – ISG/HRSJC Hospital Regional de São José dos Campos “Dr. Rubens Savastano”

CNPJ: 03.969.808/0010-60



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)
Ativo Circulante: 15.182.970,51 / 15.245.535,62
Ativo Não Circulante: 397.516,95 / 386.530,15
Total do ativo: 15.580.487,46 / 15.632.065,77
Passivo Circulante: 14.851.969,34 / 15.281.853,87
Passivo Não Circulante: 728.518,12 / 350.211,90
Total do passivo: 15.580.487,46 / 15.632.065,77

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)
Sem movimento

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu ao modelo de terceirização da gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas à Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo licitatório para administrar uma das mais importantes unidades de saúde do estado, o HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, localizado na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRSJC, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos. 2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, em atendimento da essência sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e custos/despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. 3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações fi-

nanceiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000.038/2017, e seus respectivos termos aditivos. b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31/12/2022, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. 3.2. Ativo imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração: O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o Hospital Regional São José dos Campos - HRSJC e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decorrer do exercício, caso existam, passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. b) Depreciação: A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. 3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31/12/2022. 3.4. Estoques: Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.). 3.5. Patrimônio Líquido: O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. 3.6. Apuração do resultado: As receitas e custos/despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. 3.7. Tributação: O Instituto

Demonstração do resultado e do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em reais)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em reais)
Receitas Atividades de Saúde - com restrição: 110.682.689,20 / 109.684.538,79
Outras receitas: 49.858,13 / 369.910,61
Custos com Programa Atividades de Saúde - com restrição: (101.716.819,28) / (100.866.635,50)
Superávit bruto: 9.015.728,05 / 9.187.813,90
Despesas Operacionais Atividades de Saúde - com restrição: 19
Com pessoal: (3.805.962,54) / (3.013.072,85)
Serviços prestados por terceiros: (5.076.303,10) / (5.942.592,70)

Déficit antes do resultado financeiro Resultado financeiro Atividades de Saúde - com restrição: 20
Receitas financeiras: 333.355,34 / 71.130,37
Despesas financeiras: (50.380,01) / (36.244,99)
Superávit (déficit) do exercício: - / -
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em reais)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em reais)
Fluxos de caixa das atividades operacionais: 2022 / 2021
Superávit (déficit) do exercício: - / -
Variações nos ativos e passivos: 928.471,06 / (8.093.889,79)
Contratos de gestão e convênios: (76.662,57) / 5.064,87
Outros Créditos: 155.319,21 / 1.376.917,80
Estoque: (69.849,65) / (18.068,55)
Despesas antecipadas: - / (386.530,15)
Partes relacionadas - a receber: (10.986,80) / -
Bloqueio Judicial: (1.662.196,56) / 2.309.776,75
Fornecedores: 1.074.768,51 / 582.207,38
Salários e encargos sociais: 123.148,79 / 44.041,14
Obrigações tributárias: 34.394,73 / (120.661,25)
Outros passivos: 82.606,68 / 35.873,65
Contingências Trabalhistas: 295.699,54 / 248.724,26
Partes relacionadas - a pagar
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais: 874.712,94 / (4.016.543,89)
Aumento/(Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa: 874.712,94 / (4.016.543,89)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício: 70.795,16 / 4.087.339,05
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício: 945.508,10 / 70.795,16
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. Quando existir valor a ser apurado, este é recolhido mensalmente. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 2022 / 2021
Caixa e bancos: 1.965,00 / 1.832,90
Aplicações financeiras (\*): 943.543,10 / 68.962,26
945.508,10 / 70.795,16

(\* ) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a renda fixa no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

5. Contratos de Gestão e Convênios:
Ano, Subvenção Recebida (+), Rendimento aplicação (+), Custo Imob. Anterior (-), Outras Receitas (+), Reconh. de Glosa e Ajustes (-), Custos Realizados (-), Saldo Sub. ou a Receber (Passivo) ou a Receber (Ativo), Subvenção Prevista Anual, Saldo Acum. Sub. a Cronograma Anual, Valor do Contrato/Aditivo, Saldo Acumulado de Subvenção a Receber, Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão nº 001.0500.000.038/2017, e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HRSJC, em São José dos Campos - SP. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 11,875 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017 ISG-HRSJC, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2022 é de R\$ 102,042 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 09/12/2023). Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 90,167 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual. 6. Outros Créditos: 2022 / 2021

6. Outros Créditos: 2022 / 2021
Adiantamentos a fornecedores: 92.526,27 / 67.843,16
Outros Adiantamentos: 0,00 / 42,91
Créditos de Empregados (i): 207.579,29 / 155.556,92
Impostos e Contribuições a Recuperar: 4.718,98 / 4.718,98
304.824,54 / 228.161,97

(i) Refere-se à antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista. 7. Estoque: Em 31/12/2022, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.651.238,89 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição. 2022 / 2021
Estoque: 1.628.932,39 / 1.707.759,26
Compras a Devolver/Cancelar: 22.306,50 / 43.542,45
Estoque em Poder de Terceiros: 0,00 / 55.256,39
1.651.238,89 / 1.806.558,10

8. Despesas Antecipadas: 2022 / 2021
Prêmios de Seguros: 8.221,09 / 8.190,64
Vale-Transporte: 24.504,85 / 25.208,21
Vale-Refeição/Vale-Alimentação: 373.563,60 / 303.041,04
406.289,54 / 336.439,89

9. Partes relacionadas: 2022 / 2021
Partes relacionadas a receber ISG - AME SJC: 386.530,15 / 386.530,15
386.530,15 / 386.530,15
Partes relacionadas a pagar ISG - HRLN: 544.423,80 / 248.724,26
544.423,80 / 248.724,26

10. Ativo / Passivo Compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-SP, quando aplicável, os adquiridos com recursos do contrato de gestão, e seus respectivos termos aditivos, além dos possíveis bens recebidos como doação, quan-

do aplicável, que devem ser incorporados ao patrimônio da SES-SP, durante a vigência do contrato de gestão, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, além de informações provenientes de aquisições de insumos para enfrentamento da pandemia do covid-19, apresentando os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Móveis e Utensílios, Maquinas e Equipamentos, Direito de Uso de Software, Total
Em 31/12/2019: 16.041,93 / 6.044,00 / 9.114,00 / 31.199,93
Em 31/12/2020: 16.041,93 / 6.044,00 / 9.114,00 / 31.199,93
Em 31/12/2021: 16.041,93 / 6.044,00 / 9.114,00 / 31.199,93
Em 31/12/2022: 16.041,93 / 6.044,00 / 9.114,00 / 31.199,93

11. Fornecedores: 2022 / 2021
Fornecedores de bens e mercadorias (i): 3.101.688,08 / 4.623.711,11
Fornecedores de serviços (ii): 3.874.225,85 / 4.014.399,38
6.975.913,93 / 8.638.110,49

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, ISG-HRSJC. 12. Salários e encargos sociais: Os encargos são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas: 2022 / 2021
Salários a pagar: 1.686.280,80 / 1.490.191,82
INSS: 830.715,55 / 654.982,94
FGTS: 269.102,00 / 227.294,12
Provisões férias e encargos: 4.225.659,74 / 3.532.607,13
Outros (i): 24.177,01 / 56.090,58
7.035.935,10 / 5.961.166,59

(i) Refere-se a rescisão contratual, pensão alimentícia e contribuições sindicais e assistenciais. 13. Obrigações tributárias: 2022 / 2021
Imposto de renda retido na fonte: 371.062,74 / 267.206,02
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros: 351.671,75 / 343.769,38
ISS retido de terceiros: 40.392,05 / 35.367,75
PIS sobre folha de pagamento: 42.599,04 / 36.233,64
805.725,58 / 682.576,79

14. Outros passivos: 2022 / 2021
Medicamentos Recebidos de Terceiros: 33.334,15 / -
Provisão de Serviços Prestados: 1.060,58 / 34.394,73
34.394,73 / 0,00

15. Contingência: A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo

que R\$ 184.094,32 se refere ao valor de contingências trabalhistas consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, foram identificados pelo departamento jurídico da entidade, valores classificados como possível perda no montante de R\$ 1.875.192,42.

2022 / 2021
Tipo: 2022 / 2021
Ações Prováveis: Quant. Valor Estimado / Quant. Valor Estimado
Trabalhistas: 7 / 184.094,32 / 3 / 101.487,64
Cível: - / - / - / -
Tributária: - / - / - / -
TOTAL: 7 / 184.094,32 / 3 / 101.487,64

16. Receitas com Programa Atividades de Saúde - com restrição: 2022 / 2021
Programa Atividades de Saúde: 110.682.689,20 / 109.684.538,79
110.682.689,20 / 109.684.538,79

A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 110.682.689,20 registrado como receita de subvenção para custeio, com restrição, na área de saúde.

17. Outras Receitas com Atividades de Saúde - com restrição: 2022 / 2021
Contribuições e Doações: 49.858,13 / 170.700,14
Outras Receitas: - / 199.210,47
49.858,13 / 369.910,61

18. Custo com Programa Atividades de Saúde - com restrição: 2022 / 2021
Custo de pessoal próprio (i): 36.318.028,64 / 33.802.136,93
Custos de serviços assistências e de apoio (ii): 46.384.709,85 / 45.392.463,96
Materiais médicos e hospitalares: 4.957.245,77 / 7.065.830,43
Medicamentos: 4.714.719,59 / 6.006.095,61
Órtese e Prótese: 8.992.192,48 / 8.240.672,72
Materiais de uso e consumo: 349.922,95 / 354.814,25
Impostos, Taxas e Contribuições: - / 4.621,60
101.716.819,28 / 100.866.635,50

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros
Continua ...

...Continuação

serviços prestados por terceiros. 19. Despesas Operacionais atividade de Saúde – com restrição: 19.1. Com Pessoal:		
	2022	2021
Salários	2.169.180,90	1.712.185,87
Horas Extras	14.414,35	14.771,67
Adicionais	39.581,73	12.677,05
Férias	309.691,88	230.526,50
13º salário	209.695,20	128.602,38
Aviso Prévio	8.999,97	14.157,71
D.S.R	121,80	2.118,87
Auxílio Educação	7.737,17	9.646,61
Benefícios (i)	0,00	50.909,90
Encargos sobre a folha	960.700,49	788.372,55
Outras Despesas com Pessoal (ii)	85.839,05	49.103,74
	<b>3.805.962,54</b>	<b>3.013.072,85</b>

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte, vale alimentação/Refeição e assistência médica pagos os funcionários. (ii) Os gastos com outras despesas com pessoal compõem os gastos com indenizações.

19.2 Serviços Prestados Por Terceiros:		
	2022	2021
Serviços Advocatícios	96.000,00	91.000,00
Serviços de Consultoria (i)	1.907.466,17	2.400.601,02
Serviços de Contabilidade	109.431,16	107.250,00
Serviços Especializados em TI	218.749,48	455.241,34
Serviços de RH	488.668,31	469.011,87
Serviços Gráficos	101.698,35	90.774,34
Despesas Corporativas (ii)	1.990.754,69	2.217.875,76
Outros Serviços (iii)	163.534,94	110.838,37
	<b>5.076.303,10</b>	<b>5.942.592,70</b>

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) As despesas corporativas são compostas por gastos com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade. (iii) Outros serviços compõem os gastos com manutenção em geral, auditoria, cursos e treinamentos, serviço de frete, e outros serviços prestados por pessoa física e jurídica.

19.3 Gerais e Administrativas:		
	2022	2021
Consumo	100.748,79	125.926,52
Utilidades e Serviços (i)	47.357,82	35.789,95
Viagens e Estadias	12.626,32	12.759,36
Outros Despesas (ii)	17.092,55	43.883,73
	<b>177.825,48</b>	<b>218.359,56</b>

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios e seguro predial. (ii) Referem-se a despesas com anuidades, mensalidades, chaves, carimbos, estacionamento e pedágios

19.4 Despesas Tributárias:		
	2022	2021
INSS Sobre Autônomos e Cooperativas	1.830,00	2.467,60
IOf	820,19	820,19
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	52.304,79	10.275,31
IOf Sobre Aplicações Financeiras	87.879,71	28.576,88
Outros Impostos e Taxas	13.170,89	6.534,19
	<b>156.005,58</b>	<b>48.674,17</b>

19.5 Contingências: A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 82.606,68 se refere ao valor de contingências trabalhistas consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados.

20. Resultado Financeiro atividade de saúde – com restrição:		
	2022	2021
Receitas Financeiras	333.355,34	71.130,37
Despesas Financeiras	(50.380,01)	(36.244,99)
	<b>282.975,33</b>	<b>34.885,38</b>

21. Eventos subsequentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto desta nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações ora encerradas e apresentadas. São José dos Campos - SP, 03 de abril de 2023.

### Instituto Sócrates Guanaes – ISG/HRSJC

Diretoria									
<b>André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes</b> Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72		<b>Ernesto Stangueti</b> Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15		<b>Raphael Lindenbach de Moraes</b> CRC 1SP 261037					
<b>Relatório - Contratado X Realizado</b>									
<b>Relatório - Gestão em Saúde - Data: 01/03/2023</b>									
<b>Relatório - Contratado X Realizado</b>									
<b>HOSP REG SAO JOSE DOS CAMPOS - Período: De 01 até 12/2022</b>									
<b>183 - Internações</b>		<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>	
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>
Clínica Médica	870	915	5%	870	921	6%	1.740	1.836	5,52%
Pediatria	-	141	-	-	133	-	-	274	-
<b>Total</b>	<b>870</b>	<b>1.056</b>	<b>21%</b>	<b>870</b>	<b>1.054</b>	<b>21%</b>	<b>1.740</b>	<b>2.110</b>	<b>21,26%</b>
<b>568 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica</b>		<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>	
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>
<b>Eletivas</b>	<b>1.584</b>	<b>1.688</b>	<b>7%</b>	<b>1.584</b>	<b>1.683</b>	<b>6%</b>	<b>3.168</b>	<b>3.371</b>	<b>6,41%</b>
Cardiovascular	486	120	-75%	486	139	-71%	972	259	-73,35%
Ortopedia	714	768	8%	714	700	-2%	1.428	1.468	2,80%
Neurocirurgia	126	109	-13%	126	131	4%	252	240	-4,76%
Pediátrica	258	50	-81%	258	117	-55%	516	167	-67,64%
Outras Especialidades	-	641	-	-	596	-	-	1.237	-
Urgências	708	672	-5%	708	798	13%	1.416	1.470	3,81%
Cardiovascular	210	328	56%	210	364	73%	420	692	64,76%
Ortopedia	306	219	-28%	306	273	-11%	612	492	-19,61%
Neurocirurgia	84	81	-4%	84	87	4%	168	168	0,00%
Pediátrica	108	25	-77%	108	29	-73%	216	54	-75,00%
Outras Especialidades	-	19	-	0	45	-	-	64	-
<b>Total</b>	<b>2.292</b>	<b>2.360</b>	<b>3%</b>	<b>2.292</b>	<b>2.481</b>	<b>8%</b>	<b>4.584</b>	<b>4.841</b>	<b>5,61%</b>
<b>322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais</b>		<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>	
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>
Cirurgia Hospital - Dia	600	599	-	600	587	-2%	1.200	1.186	-1,17%
<b>Total</b>	<b>600</b>	<b>599</b>	<b>-</b>	<b>600</b>	<b>587</b>	<b>-2%</b>	<b>1.200</b>	<b>1.186</b>	<b>-1,17%</b>
<b>185 - Urgência / Emergência</b>		<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>	
	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>
Consultas de Urgência	2.400	1.906	-21%	2.400	2.062	-14%	4.800	3.968	-17,33%
Relatório - Gestão em Saúde - (Ambulatorial) - Período: De 01 até 12/2022									
<b>569 - Atendimento em Especialidades Médicas - Primeiras Consultas</b>									
	<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>		
<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
Primeiras Consultas - Agendamento CROSS	6.600	7.088	7%	6.600	6.152	-7%	13.200	13.240	0,30%
<b>Total</b>	<b>6.600</b>	<b>7.088</b>	<b>7%</b>	<b>6.600</b>	<b>6.152</b>	<b>-7%</b>	<b>13.200</b>	<b>13.240</b>	<b>0,30%</b>
<b>570 - atendimentos em Especialidades Médicas</b>									
<b>Interconsultas e Subsequentes</b>									
	<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>		
<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
Interconsultas	5.280	3.030	-43%	5.280	3.557	-33%	10.560	6.587	-37,62%
Consultas Subsequentes	10.560	12.269	16%	10.560	12.905	22%	21.120	25.174	19,20%
<b>Total</b>	<b>15.840</b>	<b>15.299</b>	<b>-3%</b>	<b>15.840</b>	<b>16.462</b>	<b>4%</b>	<b>31.680</b>	<b>31.761</b>	<b>0,26%</b>
<b>526 - Consultas Não Médicas</b>									
	<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>		
<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
Interconsultas	4.038	4.879	21%	4.038	5.202	29%	8.076	10.081	24,83%
Consultas Subseqüentes	1.500	1.727	15%	1.500	1.763	18%	3.000	3.490	16,33%
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	13.200	12.616	-4%	13.200	12.798	-3%	26.400	25.414	-3,73%
<b>Total</b>	<b>18.738</b>	<b>19.222</b>	<b>3%</b>	<b>18.738</b>	<b>19.763</b>	<b>5%</b>	<b>37.476</b>	<b>38.985</b>	<b>4,03%</b>
<b>275 - SADT Externo</b>									
	<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>		
<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
Diagnóstico por Tomografia	1.020	1.327	30%	1.020	1.191	17%	2.040	2.518	23,43%
Diagnóstico por Ressonância Magnética	1.080	797	-26%	1.080	753	-30%	2.160	1.550	-28,24%
Diagnóstico por Endoscopia	300	291	-3%	300	302	1%	600	593	-1,17%
Diagnóstico por Radiologia Intervencionista	240	171	-29%	240	200	-17%	480	371	-22,71%
<b>Total</b>	<b>2.640</b>	<b>2.586</b>	<b>-2%</b>	<b>2.640</b>	<b>2.446</b>	<b>-7%</b>	<b>5.280</b>	<b>5.032</b>	<b>-4,70%</b>
<b>647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia</b>									
	<b>1º Semestre</b>			<b>2º Semestre</b>			<b>Total</b>		
<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	<b>Cont.</b>	<b>Real.</b>	<b>%</b>	
Colonoscopia	-	59	-	-	-	-	-	59	-
RM crânio com sedação	-	13	-	-	-	-	-	13	-
TC tórax	-	38	-	-	-	-	-	38	-
US tireoide	-	11	-	-	-	-	-	11	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>121</b>	<b>-</b>

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e Conselheiros do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG GESTOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - HR-SJC, São José dos Campos - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Gestor do HRSJC - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Gestor do HRSJC, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Subvenção Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, estão correlacionados nas Notas "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO", "16. RECEITAS COM PROGRAMA ATIVIDADES DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO" e "17. OUTRAS RECEITAS COM ATIVIDADES DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$11,875 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de gestão de Nº 001.0500.000038/2017 e demais termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de São José dos Campos – HRSJC, será cumprido no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 110,732 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para uma conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO", e de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. **• Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão Nº 001.0500.000038/2017 e demais termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de São José dos Campos – HRSJC, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRSJC optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento de que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase: Continuidade das operações, e transações entre partes relacionadas:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão n.º 001.0500.000038/2017 e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência da incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em dezembro de 2023. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Conforme Nota Explicativa "9 - Partes relacionadas", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 05 de abril de 2022. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade opera-

cional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão



Instituto Sócrates Guanaes

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (Em reais)
Table with columns for Nota, Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, categorized into Ativo Circulante, Não Circulante, Total do ativo, and Passivo Circulante, Não Circulante, Total do passivo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)
Table with columns for Nota, Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, showing Receitas com restrição, Receitas sem restrição, Despesas operacionais, and Superávit (Deficit) do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)
Table with columns for Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, detailing Fluxos de caixa das atividades sociais, Variáveis nos ativos e passivos, and Salário e encargos sociais.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)
Table with columns for Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, showing Saldo em 01 de janeiro, Ajustes de Avaliação Patrimonial, and Saldo em 31 de dezembro.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil...
2. BASE DE PREPARAÇÃO: 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC...

15. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

Table showing Bens Cedidos em Comodato, Discriminação, Bens Recebidos em Comodato, Bens Adquiridos no Contrato Gestão, and Bens Recebidos em Doações 2021 and 2022.

16. FORNECEDORES - NACIONAIS

Table showing Fornecedores de bens e mercadorias (a) and Fornecedores de serviços (b) for 2022 and 2021.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Table showing Salários e rescisões a pagar, Autônomos a pagar, Pensão a pagar, INSS, FGTS, Provisões de férias e encargos, and Outros for 2022 and 2021.

18. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa atividades de saúde, Receita ressarcimento rescisão atividades de saúde, Outras receitas atividade de saúde, Receitas sem restrição, and Receita líquida atividade de saúde for 2022 and 2021.

19. CUSTOS COM PROGRAMA COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa de atividades de saúde, Superávit (Deficit) bruto atividade de saúde, Receitas sem restrição, Despesas operacionais atividade de saúde, and Custo pessoal for 2022 and 2021.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Table showing Adiantamentos de Clientes, Aluguéis a Pagar, Medicamentos Recebidos de SES, Medicamentos Recebidos de Terceiros, Provisões a Devolver, and Provisões de Serviços (a) for 2022 and 2021.

21. CONTINGÊNCIAS

O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as teses das demandas judiciais pendentes e o histórico de pagamento em relação aos valores reclamados...

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa atividades de saúde (a), HDT, HC, HRSJ, AMESJC, AMEPA, HRR, and HRLN for 2022 and 2021.

23. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa atividades de saúde (a), HDT, HC, HRSJ, AMESJC, AMEPA, HRR, and HRLN for 2022 and 2021.

24. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa atividades de saúde (a), HDT, HC, HRSJ, AMESJC, AMEPA, HRR, and HRLN for 2022 and 2021.

25. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa atividades de saúde (a), HDT, HC, HRSJ, AMESJC, AMEPA, HRR, and HRLN for 2022 and 2021.

26. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa atividades de saúde (a), HDT, HC, HRSJ, AMESJC, AMEPA, HRR, and HRLN for 2022 and 2021.

27. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Table showing Programa atividades de saúde (a), HDT, HC, HRSJ, AMESJC, AMEPA, HRR, and HRLN for 2022 and 2021.

Outras receitas atividade saúde com restrição (b)	Consolidado		2022		2021	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Contribuições e Doações						
HDT		2.498.566,85		3.030.465,22		
CEAP-SOL		59.191,14		419.564,25		
HEAL CG 001/2019		865.376,40		1.128.112,70		
HR/R		547.832,75		370.038,96		
HR/SJC		49.858,13		170.700,14		
HRLN		34.328,93		836.014,49		
AMESIC		3.053,64		77.264,11		
HRR		78.084,94		379.572,06		
Outras Receitas diversas		-		0,00		
HERC		556.253,07		4.619.050,47		
HDT		6.298,05		6.821,76		
CEAP-SOL		366,65		354,63		
HEAL CG 001/2019		452,38		0,00		
HEAL CG 004/2014		1.677.353,43		8.011.779,21		
HR/R		9.757,21		254.826,34		
HRR		30.583,74		6.300,00		
HRLN		10.122,85		1.267,26		
AMESIC		2.157,37		0,00		
HR/SJC		0,00		199.210,47		
		<b>6.429.637,53</b>		<b>19.511.342,07</b>		

a) Recettes de subvenções realizadas em razão da execução dos contratos de gestão firmados entre o ISG e as Secretarias de Saúde de cada Estado, sempre realizando o reconhecimento de receitas de acordo com os custos a elas correlacionados, em atendimento a normas contábeis. **b)** Refere-se a outras receitas na área de saúde, com restrição, tais como: contribuições, descontos obtidos e doações recebidas, todas vinculadas aos contratos de gestão.

**23. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO**

Outras receitas atividade saúde sem restrição	2022		2021	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
ISG Matriz	563,40	563,40	5,00	5,00
Filial SP	-	22.470,24	-	237.940,50
	<b>563,40</b>	<b>23.033,64</b>	<b>5,00</b>	<b>237.945,50</b>

Refere-se a outras receitas na área de saúde, sem restrição, tais como: contribuições e descontos obtidos, além de receita de negociação de contrato com o banco Santander.

**24. CUSTOS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO**

Custo de pessoal próprio (a)	2022		2021	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Custos de serviços assistências e de apoio (b)	-	217.203.797,60	-	188.445.181,67
Materiais médicos e hospitalares	-	271.904.272,25	-	229.127.366,04
Medicamentos	-	28.402.971,53	-	32.927.927,74
Custo de pessoal cedido (c)	-	33.504.866,89	-	38.601.973,57
Materiais em geral	-	19.620.920,20	-	18.722.903,39
Bens Adquiridos CG	-	31.876.781,13	-	24.506.655,56
Outros	-	12.432.273,85	-	2.657.822,37
(-) Recuperação de PIS	-	3.571.898,78	-	3.758.706,26
	-	<b>618.517.782,23</b>	-	<b>532.306.532,10</b>

a) O custo com pessoal próprio se refere a todos os colaboradores que executam as tarefas diárias dentro das dependências das unidades de saúde, voltada a atividade de saúde, esta rubrica comporta todas as remunerações, benefícios, encargos e outros custos com pessoal próprio. **b)** Este grupo contempla os custos indiretos necessários a execução do serviço, tais como: serviços de alimentação, higienização, limpeza, segurança, lavanderia, coleta de lixo, manutenção, locação, anestesiologia, laboratório, hemoterapia, fisioterapia, ortopedia, médicos, apoio PJ e PF dentre outros, além de contribuições sindical patronal e taxas diversas. **c)** Em detrimento do contrato de gestão do HDT, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do HDT, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado de Goiás. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois, em essência, o pessoal cedido trabalha no HDT e são remunerados com recursos provenientes do contrato de gestão, mediante dedução dos valores

**INSTITUTO SóCRATES GUANAES - ISG**  
CNPJ nº 03.969.808/0001-70  
 Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América  
 Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021												
25. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO	2022						2021					
	Matriz		Consolidado		Matriz		Consolidado		Matriz		Consolidado	
<b>25.1. Despesas com pessoal:</b>												
Salários	3.405.497,49	43.460.759,88	2.956.579,86	40.775.244,01	16.813,35	1.490.594,73	16.813,35	649.813,58	1.490.594,73	16.813,35	649.813,58	
Horas Extras	2.362,28	1.490.594,73	2.057,04	5.627.844,70	9.135,47	4.726.516,34	9.135,47	7.800.233,01	2.057,04	5.627.844,70	9.135,47	4.726.516,34
Adicionais	452.121,06	10.702.017,60	392.250,11	7.800.233,01	314.665,43	4.345.830,67	314.665,43	390.239,51	452.121,06	10.702.017,60	392.250,11	7.800.233,01
Férias	320.676,58	4.773.377,29	308.111,27	352.153,88	41.079,05	390.239,51	41.079,05	390.239,51	320.676,58	4.773.377,29	308.111,27	352.153,88
13º salário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano Prévio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S.R	-	-	557.097,59	117.977,28	-	-	557.097,59	117.977,28	-	-	-	-
Indenizações	9.675,05	120.859,75	9.675,05	117.977,28	9.675,05	117.977,28	9.675,05	117.977,28	9.675,05	117.977,28	9.675,05	117.977,28
Auxílio Educação	9.023,66	95.848,71	9.023,66	95.848,71	9.023,66	95.848,71	9.023,66	95.848,71	9.023,66	95.848,71	9.023,66	95.848,71
Pró-labore	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88	2.663.869,88
Benefícios (I)	547.483,57	1.177.549,68	547.483,57	1.177.549,68	547.483,57	1.177.549,68	547.483,57	1.177.549,68	547.483,57	1.177.549,68	547.483,57	1.177.549,68
Encargos sobre a folha	386.251,48	22.925.771,66	386.251,48	1.508.561,13	21.599.028,51	1.508.561,13	21.599.028,51	1.508.561,13	386.251,48	22.925.771,66	386.251,48	22.925.771,66
Outras Despesas com Pessoal	398.878,75	398.914,75	398.878,75	398.914,75	398.878,75	398.914,75	398.878,75	398.914,75	398.878,75	398.914,75	398.878,75	398.914,75
	<b>8.228.708,11</b>	<b>94.346.660,10</b>	<b>9.292.883,60</b>	<b>85.849.614,94</b>								

Os benefícios são referentes a despesa de vale transporte, vale alimentação/refeição, assistência médica/odontológica e outros.

**25.2. Serviços Prestados por terceiros**

	2022		2021	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Serviços Advocatícios	1.370.014,08	2.921.160,23	1.219.100,19	2.995.144,07
Serviços de Consultoria (I)	583.867,95	6.666.352,65	520.421,07	9.111.118,50
Serviços de Higienização e Limpeza	20.989,51	10.236.618,84	19.541,92	9.478.528,88
Serviços de Vigilância e Segurança	-	3.164.901,54	-	2.891.386,99
Serviços de Lavanderia Hospitalar	115,00	316.848,56	42,00	201.690,42
Serviços de Contabilidade	40.190,00	1.195.206,50	41.214,70	1.182.191,70
Serviços Especializados em TI	373.076,73	5.557.173,49	489.578,48	6.158.180,84
Serviços de Assessoria de Processos (II)	507.224,20	512.224,18	1.105.629,60	1.152.302,60
Serviços de RH	32.885,08	2.085.462,84	18.003,88	1.891.699,10
Serviços Gráficos	3.337,68	450.891,17	4.179,86	322.709,28
Despesas Corporativas (III)	29,00	14.370.050,69	-	13.289.482,37
Despesas com Alimentação	-	23.269.098,28	-	18.055.749,96
Serviços de manutenção em geral	21.608,63	5.991.112,35	5.917,97	5.999.822,92
Serviços de Frete/Transporte	19.534,70	4.347.264,53	13.867,95	4.181.829,73
Serviços de Engenharia clínica	-	6.454.156,84	-	4.892.791,44
Serviços Administrativos	63.730,26	694.665,70	84.945,27	1.365.945,59
Serviços de Auditoria	59.771,09	561.535,94	51.051,66	447.566,68
Outros Serviços	84.302,86	1.154.909,03	713.690,90	1.894.159,17
	<b>3.180.076,77</b>	<b>89.949.633,36</b>	<b>4.417.185,45</b>	<b>85.512.299,83</b>

(I) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (II) Os serviços de Assessoria em processos são aqueles de apoio administrativo, controle de custos, acompanhamento da plataforma de compras, entre outros. (III) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

**25.3. Gerais e Administrativas**

Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	2022		2021	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Aluguel de bens imóveis	133.849,12	812.659,43	50.570,05	1.209.789,59
Utilidades e Serviços (I)	150.025,31	150.025,31	150.025,31	129.273,17
Viagens e Estadas	180.095,32	14.919.482,88	134.189,75	12.691.096,52
Locação de Máquinas e equipamentos	634.226,64	885.358,56	632.039,31	801.707,58
Contingências (II)	86.555,61	1.167.535,88	40.374,47	1.343.241,27
Outros Despesas	799.280,07	11.189.940,52	642.336,99	1.372.921,07
	<b>516.703,76</b>	<b>1.144.904,90</b>	<b>335.851,10</b>	<b>1.070.555,88</b>
	<b>2.500.735,83</b>	<b>30.269.906,58</b>	<b>1.964.304,12</b>	<b>18.618.585,08</b>

(I) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (II) Os serviços de Assessoria em processos são aqueles de apoio administrativo, controle de custos, acompanhamento da plataforma de compras, entre outros. (III) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

**26. RECEITAS DE OUTROS SERVIÇOS**

Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	2022		2021	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Aluguel de bens imóveis	133.849,12	812.659,43	50.570,05	1.209.789,59
Utilidades e Serviços (I)	150.025,31	150.025,31	150.025,31	129.273,17
Viagens e Estadas	180.095,32	14.919.482,88	134.189,75	12.691.096,52
Locação de Máquinas e equipamentos	634.226,64	885.358,56	632.039,31	801.707,58
Contingências (II)	86.555,61	1.167.535,88	40.374,47	1.343.241,27
Outros Despesas	799.280,07	11.189.940,52	642.336,99	1.372.921,07
	<b>516.703,76</b>	<b>1.144.904,90</b>	<b>335.851,10</b>	<b>1.070.555,88</b>
	<b>2.500.735,83</b>	<b>30.269.906,58</b>	<b>1.964.304,12</b>	<b>18.618.585,08</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Os diretores e Conselheiros do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Salvador - BA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG (Entidade), identificadas como matriz e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos destacados na seção a seguir, intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, assim referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, em 31 de dezembro de 2022, e desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva: Individuais:** Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, em relação às demonstrações contábeis individuais, foram insuficientes para concluir sobre os controles internos dos bens demonstrados no grupo do Ativo Imobilizado (Líquido), bem como os efeitos realceados sobre os reconhecimentos das depreciações vinculadas a estes bens, inclusive sobre os relatórios utilizados para composição dos remanejamentos. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações contábeis individuais, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. A Entidade não adotou as mudanças de práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007 e normas brasileiras de contabilidade, convergidas ao padrão internacional IFRS, no que se relacionam às demonstrações contábeis individuais, especificamente em relação à aplicação do teste de recuperabilidade (impairment) do imobilizado e ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais. Conforme Nota Explicativa número "12. Depósitos/bloqueios judiciais" em específico os itens Agios Trabalhistas e Tributários, os relatórios apresentados pela Entidade não foram suficientes para avaliar a composição do saldo do grupo de depósitos/bloqueios. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição do saldo do grupo e valores e respectivos efeitos nas demonstrações contábeis individuais, inclusive por meio de procedimentos alternativos de auditoria. **Consolidadas:** Conforme Nota Explicativa N° 05, os relatórios apresentados pela Entidade não permitem avaliar a composição do saldo do grupo de valores a receber, referente a unidade HERC. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição do saldo do grupo e respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil relativa a Subvenções a receber das Secretarias de Estado da Saúde, vinculada a cada estado, estão correlacionados nas Notas "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS" e "22 RECEITAS COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 196,720 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado nos contratos de gestão, firmado entre as Secretarias de Estado da Saúde de cada estado e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, será cumprido no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios dos contratos de Gestão. Nesse sentido, as demonstrações financeiras, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos nos contratos, fato este que gerou reconhecimento de Receita, com restrição, com atividade de saúde, na ordem de R\$ 824,025 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado aos contratos de gestão junto às Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, e os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se as receitas de subvenções governamentais estavam reconhecidas, ao longo do período necessário, e se estas foram confrontadas com as despesas correspondentes. Também, verificamos que as receitas não estavam sendo reconhecidas no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessas receitas. Contudo, realizamos uma análise da correlação

# Curvello fala sobre comunicação, fake news e fome

**REDAÇÃO**

O tema "Velocidade da Tecnologia e os Desafios da Comunicação" orientou a palestra do secretário estadual de Comunicação da Bahia, André Curvello, ontem, com lideranças empresariais do Coletivo Empresarial Business Bahia, no The Latvian, no Bahia Marina, em Salvador. O gestor compartilhou seus conhecimentos sobre gestão e comunicação à frente da Secretaria de Estado, convidou o empresário do a se somar ao Programa Bahia Sem Fome, garantindo o selo de empresa amiga do programa, e falou do combate às fake news no âmbito institucional. "Hoje é uma oportunidade de diálogo entre o setor público e o privado e para falar sobre temas importantes, como o projeto de lei das Fake News, que tramita no Congresso Nacional, e de apresentar o programa Bahia Sem Fome. O Brasil, infelizmente, voltou ao mapa da Fome, então é um momento de chamar todos para a responsabilidade social: pessoas públicas, iniciativa privada, cidadãos e cidadãs e o comércio e a indústria. Essa não é uma luta só do Estado, mas de toda sociedade", frisou o secretário. O secretário também

apresentou casos de comunicação da pasta e principais campanhas de combate à fome e às fake news, acompanhadas de uma linha do tempo com os principais desafios enfrentados pela comunicação nos últimos anos, e como as empresas podem ajudar no combate às notícias fake. O Governo da Bahia, através da Secom, criou a plataforma Bahia Contra o Fake, para denunciar informações falsas e possibilitar que o cidadão realize denúncias através do WhatsApp e do Telegram. Para o presidente da Business Bahia, Carlos Falcão, a palestra é um momento para os empresários co-

nhecerem um pouco a história e desafios da comunicação e a importância das empresas combatem a circulação de notícias falsas. "Essa palestra nos brindou com o tema importante da comunicação, principalmente agora em que se debate o PL da Fake News. É fundamental que o empresário baiano entenda que juntos – o poder público, gestor público e os gestores privados –, construíam uma comunicação eficiente, sem informações falsas. Chega de fake news, chega de sermos inundados diariamente com notícias que não são verdadeiras", reforçou Falcão.



## COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balancço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional de São José dos Campos "Dr. Rubens Savastano"

# Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRSJC HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos "Dr. Rubens Savastano"

CNPJ nº 03.969.808/0010-60

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Balancço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>		<b>15.245.535,62</b>	<b>12.532.103,84</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.795,16	4.087.339,05
Contratos de gestão e convênios	5	12.803.580,50	4.709.690,71
Outros Créditos	6	228.161,97	233.226,84
Estoque	7	1.806.558,10	3.183.475,90
Despesas Antecipadas	8	336.439,89	318.371,34
<b>Não Circulante</b>		<b>386.530,15</b>	-
Partes relacionadas	9	386.530,15	-
<b>Total do ativo</b>		<b>15.632.065,77</b>	<b>12.532.103,84</b>
<b>Ativo compensado</b>	10	<b>3.006.174,56</b>	<b>3.006.174,56</b>
<b>Total do ativo e do ativo compensado</b>		<b>18.638.240,33</b>	<b>15.538.278,40</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)		
Sem movimento		
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)		

**1. Contexto operacional:** O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo de Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu ao modelo de terceirização da gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas à Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo licitatório para administrar uma das mais importantes unidades de saúde do estado, o HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, localizado na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRSJC, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos.

**2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir.

**2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e custos/despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

**3.1. Instrumentos financeiros:**

**a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimento inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos.

**b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

**3.2. Ativo imobilizado:**

**a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o Hospital Regional São José dos Campos - HRSJC e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decorrer do exercício, caso existam, passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

**b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo.

**3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021.

**3.4. Estoques:** Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

**3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

**3.6. Apuração do resultado:** As receitas e custos/despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em

## 5. Demonstrativo do Contrato de Gestão

Ano	Meses	Período de Execução	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Reconh. Outras Receitas (+)	Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Reais (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo) (Pos.)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo) (Pos.)	Saldo Acum. Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber ou Déficit (Neg.)	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2017	1	11/12/2017 a 31/12/2017	1.100.667,62	122,32	-	-	-	-	1.100.789,94	1.100.667,62	-	431.848.391,30	430.747.723,68	431.848.513,62
2018	12	01/01/2018 a 31/12/2018	54.798.159,68	288.810,05	-	173.612,21	-	62.482.571,20	(6.121.199,32)	54.798.159,68	0,17	-	375.949.564,00	369.828.364,68
2019	12	01/01/2019 a 31/12/2019	101.829.000,00	85.495,88	31.199,93	81.605,63	(530.943,87)	107.118.735,82	(10.744.089,69)	101.829.000,00	0,17	5.841.877,32	279.962.441,32	269.218.351,63
2020	12	01/01/2020 a 31/12/2020	113.336.328,00	78.992,22	-	258.629,53	-	107.639.550,77	(4.709.690,71)	113.336.328,00	0,17	17.349.205,32	183.975.318,64	179.265.627,93
2021	12	01/01/2021 a 31/12/2021	101.571.344,00	71.119,61	-	369.921,37	(19.305,00)	110.125.579,77	(12.803.580,50)	101.571.344,00	0,17	5.584.221,32	87.988.195,96	75.184.615,46

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HRSJC, em São José dos Campos - SP. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 12.803 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017 ISG-HRSJC, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 87.988 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 11/12/2022). Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 75.184 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

	2021	2020
<b>6. Outros Créditos</b>		
Adiantamentos a fornecedores	67.843,16	63.933,16
Outros Adiantamentos	42,91	0,00
Créditos de Empregados (i)	155.556,92	164.600,50
Impostos e Contribuições a Recuperar	4.718,98	4.693,18
	<b>228.161,97</b>	<b>233.226,84</b>

(i) Refere-se à antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

**7. Estoque:** Em 31 de dezembro de 2021, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.806.558,10 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoque	1.707.759,26	2.124.711,34
Compras a Devolver/Cancelar	43.542,45	1.058.764,56
Estoque em Poder de Terceiros	55.256,39	-
	<b>1.806.558,10</b>	<b>3.183.475,90</b>

	2021	2020
<b>8. Despesas Antecipadas</b>		
Prêmios de Seguros	8.190,64	8.190,76
Vale-Transporte	25.208,21	22.177,91
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	303.041,04	288.002,67
	<b>336.439,89</b>	<b>318.371,34</b>

	2021	2020
<b>9. Partes relacionadas</b>		
ISG - AME SJC	386.530,15	-
	<b>386.530,15</b>	-

	2021	2020
ISG - HRLN	248.724,26	-
	<b>248.724,26</b>	-

	Nota	2021	2020
<b>Passivo Circulante</b>		<b>15.281.853,87</b>	<b>12.466.489,85</b>
Fornecedores	11	8.638.110,49	6.328.333,74
Salários e encargos sociais	12	5.961.166,59	5.378.959,21
Obrigações tributárias	13	682.576,79	638.535,65
Outros passivos	14	-	120.661,25
<b>Não Circulante</b>		<b>350.211,90</b>	<b>65.613,99</b>
Partes relacionadas	9	248.724,26	-
Contingências Trabalhistas	15	101.487,64	65.613,99
<b>Total do passivo</b>		<b>15.632.065,77</b>	<b>12.532.103,84</b>
<b>Passivo compensado</b>	10	<b>3.006.174,56</b>	<b>3.006.174,56</b>
<b>Total do passivo, patrimônio líquido e passivo compensado</b>		<b>18.638.240,33</b>	<b>15.538.278,40</b>

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
Receitas Atividades de Saúde - com restrição	Nota	2021	2020
Programa atividades de saúde	16	109.684.538,79	107.302.229,02
Outras receitas	17	369.910,61	258.250,38
		<b>110.054.449,40</b>	<b>107.560.479,40</b>

Custos com Programa Atividades de Saúde - com restrição			
	2021	2020	
Programa atividades de saúde	18	(100.866.635,50)	(96.913.821,94)
<b>Superávit bruto</b>		<b>9.187.813,90</b>	<b>10.646.657,46</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020

Contratos de gestão e convênios	(8.093.889,79)	6.034.398,98
Outros Créditos	5.064,87	(63.839,64)
Estoque	1.376.917,80	(1.422.853,04)
Despesas antecipadas	(18.068,55)	24.470,23
Partes relacionadas - a receber	386.530,15	-
Fornecedores	2.309.776,75	490.489,14
Salários e encargos sociais	582.207,38	664.341,71
Obrigações tributárias	44.041,14	72.330,93
Outros passivos	(120.661,25)	(695.152,27)
Contingências Trabalhistas	35.873,65	65.613,99
Partes relacionadas - a pagar	248.724,26	(1.159.880,58)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais Aumento/(Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.016.543,89)</b>	<b>4.009.919,45</b>

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.087.339,05	77.419,60
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>70.795,16</b>	<b>4.087.339,05</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

**3.7. Tributação:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. Quando existir valor a ser apurado, este é recolhido mensalmente.

	2021	2020
<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e bancos	1.832,90	1.655,66
Aplicações financeiras (*)	68.962,26	4.085.683,39
	<b>70.795,16</b>	<b>4.087.339,05</b>

(\*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a renda fixa no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

	2021	2020
<b>14. Outros passivos</b>		
Medicamentos Recebidos de Terceiros	-	75.697,75
Provisão de Serviços Prestados	-	44.963,50
	-	<b>120.661,25</b>

**15. Contingência:** A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 101.487,64 se refere ao valor de contingências trabalhistas consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, foram identificados pelo departamento jurídico da entidade, valores classificados como possível perda no montante de R\$ 1.751.312,20.

	2021	2020
Ações Prováveis		
<b>Tipo</b>	<b>Quat.</b>	<b>Valor Estimado</b>
Trabalhistas	3	101.487,64
Cível	-	-
Tributária	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>101.487,64</b>

	2021	2020
Ações Possíveis		
<b>Tipo</b>	<b>Quat.</b>	<b>Valor Estimado</b>
Trabalhistas	14	1.231.812,20
Cível	3	519.500,00
Tributária	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>1.751.312,20</b>

Receitas Atividades de Saúde - com restrição

	2021	2020
<b>16. Programa Atividades de Saúde</b>		
Programa Atividades de Saúde	109.684.538,79	107.302.229,02
	<b>109.684.538,79</b>	<b>107.302.229,02</b>

A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 109.684.538,79 registrado como receita de subvenção para custeio, na área de saúde.

## 17. Outras Receitas

	2021	2020
Contribuições e Doações	170.700,14	258.250,38
Outras Receitas	199.210,47	-
	<b>369.910,61</b>	<b>258.250,38</b>

continua ...

... continuação

Custo com Programa Atividades de Saúde – com restrição

Table with columns: 2021, 2020. Rows: 18. Programa de Atividades de Saúde, Custos de pessoal próprio (i), Custos de serviços assistências e de apoio (ii), Materiais médicos e hospitalares, Medicamentos, Órtese e Prótese, Materiais de uso e consumo, Impostos, Taxas e Contribuições.

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros. 19. Despesas Operacionais atividade de Saúde – com restrição: 19.1. Com Pessoal

Table with columns: 2021, 2020. Rows: Salários, Horas Extras, Adicionais, Férias, 13º salário, Aviso Prévio, D.S.R, Auxílio Educação, Benefícios (i), Encargos sobre a folha, Outras Despesas com Pessoal (ii).

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte, vale alimentação/Refeição e assistência médica pagos os funcionários. (ii) Os gastos com outras despesas com pessoal compõem os gastos com indenizações. 19.2 Serviços Prestados Por Terceiros:

Table with columns: 2021, 2020. Rows: Serviços Advocatícios, Serviços de Consultoria (i), Serviços de Contabilidade, Serviços Especializados em TI, Serviços de RH, Serviços Gráficos, Despesas Corporativas (ii), Outros Serviços (iii).

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) As despesas corporativas, são compostas por gastos com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade. (iii) Outros serviços compõem os gastos com manutenção em geral, auditoria, cursos e treinamentos, serviço de frete, e outros serviços prestados por pessoa física e jurídica.

Table with columns: 2021, 2020. Rows: 19.3 Gerais e Administrativas, Consumo, Utilidades e Serviços (i), Viagens e Estadias, Outras Despesas (ii).

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios e seguro predial. (ii) Trata-se de provisões contingenciais, gastos com estacionamento/pedágio e anuidades/mensalidades sindicais. 19.4 Despesas Tributárias:

Table with columns: 2021, 2020. Rows: INSS Sobre Autônomos e Cooperativas, IOF, IRRF Sobre Aplicações Financeiras, IOF Sobre Aplicações Financeiras, Outros Impostos e Taxas.

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRSJC

Table with columns: 2021, 2020. Rows: 20. Resultado Financeiro atividade de saúde – com restrição, Receitas Financeiras, Despesas Financeiras.

Diretoria: André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes (Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72), Ernesto Stangueti (Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15), Raphael Lindenbach de Morais (CRC 1SP 261037)

21. Eventos subsequentes

Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto desta nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações ora encerradas e apresentadas

São José dos Campos - SP, 04 de abril de 2022.

Relatório - Contratado X Realizado

Table with columns: Clínica Médica, Pediatria, Total. Rows: Clínica Médica, Pediatria, Total.

568 - Saldas Hospitalares em Clínica Cirúrgica

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Eletivas, Cardiovascular, Ortopedia, Neurocirurgia, Pediátrica, Outras Especialidades, Urgências, Cardiovascular, Ortopedia, Neurocirurgia, Pediátrica, Outras Especialidades, Total.

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cirurgia Hospital - Dia, Total.

185 - Urgência / Emergência

Consultas de Urgência

569 - Atendimento em Especialidades Médicas - Primeiras Consultas

Primeiras Consultas - Agendamento CROSS

570 - Atendimentos em Especialidades Médicas - Interconsultas e Subsequentes

Interconsultas

526 - Consultas Não Médicas

Consultas Subsequentes

275 - SADT Externo

Diagnóstico por Tomografia

Diagnóstico por Ressonância Magnética

Diagnóstico por Endoscopia

Diagnóstico por Radiologia Intervencionista

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

Colonoscopia

RM crânio com sedação

TC tórax

US tireóide

Total

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 883, 870, 870.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 1.534, 1.524, 1.524.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 646, 420, 420.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 2.400, 2.400, 2.400.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 6.498, 6.102, 6.102.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 5.201, 4.884, 4.884.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 3.093, 2.904, 2.904.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 950, 1.020, 1.020.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 2.470, 2.550, 2.550.

Table with columns: 1º Semestre, 2º Semestre. Rows: Cont., Real., % for 160, 107, 107.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e Conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG. Gestor do Hospital Regional de São José dos Campos - HRSJC. São José dos Campos - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG – Gestor do HRSJC - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRSJC, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. § Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita: Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, estão correlacionados nas Notas "5. Demonstrativo do Contrato de Gestão", "16. Programa Atividades de Saúde" e "17. Outras Receitas", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 12.803 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de gestão de N.º 001.0500.000038/2017, firmado entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de São José dos Campos - HRSJC, será cumprido no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 110.054 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. Resposta da auditoria ao assunto: Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o Regime de Competência estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas,

conforme relacionado na Nota "5. Demonstrativo do Contrato de Gestão", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB § Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2): Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3. Principais Políticas Contábeis", subitem "3.2 Ativo Imobilizado", letra a, "Reconhecimento e Mensuração", informados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N.º 001.0500.000038/2017, firmado entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de São José dos Campos - HRSJC, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRSJC optou por acatar o novo entendimento contábil. Resposta da auditoria ao assunto: Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da Essência sobre a Forma, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento à essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Enfase - Continuidade das operações: Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão n.º 001.0500.000038/2017 e demais adiivos. Contudo, indicamos a existência da incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 11/12/2022. Nossa opinião não está ressaltada por este assunto. Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 30 de março de 2021. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade

de supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Campos - SP, 05 de abril de 2022.

Work7 Auditores Independentes SS CRC 1GO 001891 "S" - SP

José Ricardo Xavier - Contador CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP CVM 12.424



INSTITUTO SÓCRATES GUANÊS - ISG
CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Salá 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: Passivo e patrimônio social

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: Fluxos de caixa das atividades sociais

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: Fluxos de caixa das atividades sociais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto Sócrates Guaanês - ISG é uma Associação Civil (ISG ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde.

13. TRANSAÇÕES ENTRE UNIDADES
a) Ativo
HEAL 3.000.000,00
HERC 65.336,51
HEC 975.320,13
Partes Relacionadas 4.301.009,60

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes Superáv (Deficit) do exercício 1.896.909,27
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes Superáv (Deficit) do exercício 2.111.111,98

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guaanês, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução (CFC) 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG (R2) - Subvenção e Assistência Governamental, aprovada pela Resolução (CFC) 1.355/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, na caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, essencial sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige o uso de estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados em ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

14. IMOBILIZADO
Custo Móveis e Utensílios Máquinas e Equipamentos Equipamentos de Informática Beneficiárias em Propriedade de Terceiros Imobilizado em andamento Total
Em 31 de dezembro de 2020 123.654,89 88.934,16 49.590,25 294.800,00 206.230,50 760.910,80

Em 31 de dezembro de 2019
Possíveis 14 2 0 140.154,66
Prováveis 0 0 0 0
HEAL CG 001/2019 14 2 0 140.154,66

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originated. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já classificados em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sócias e tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são registrados em seus respectivos livros de contas e saldos efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Beneficiárias em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, beneficiárias em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades zoológicas e escritórios. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Chabo, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramã - Rio de Janeiro.

15. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO
Bens Cedidos em Comodato
Discriminação Custo Precificados Transferidos Custo
Bens Recibidos em Comodato 4.788.279,86 0,00 4.505.051,11 283.228,75

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66
Prováveis 0 0 0 0
HEAL CG 001/2019 14 2 0 140.154,66

3.3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originated. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já classificados em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sócias e tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são registrados em seus respectivos livros de contas e saldos efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Beneficiárias em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, beneficiárias em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades zoológicas e escritórios. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Chabo, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramã - Rio de Janeiro.

16. FORNECEDORES - NACIONAIS
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Fornecedores de bens e mercadorias (a) 619.719,92 58.357.764,44 402.184,21 51.525.763,17

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66
Prováveis 0 0 0 0
HEAL CG 001/2019 14 2 0 140.154,66

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 5. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

As aplicações financeiras com e sem restrição, referem-se substancialmente à CDB e renda fixa no Banco do Brasil e Santander; a Fundo de Investimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa FIC") e Santander, conta poupança no Bradesco, de curto prazo, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. (\*) Cada recurso recebido em razão dos contratos de gestão é alocado em contas-correntes e aplicações financeiras que foram criadas especificamente para gerenciar e aplicar os recursos recebidos. (\*\*) O saldo a receber dos contratos de gestão e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte dos contratantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 8. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 9. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 10. ESTOQUE

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 11. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 12. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 13. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 14. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 15. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 16. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 17. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Section: 18. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70

Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América  
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41200-790 - Salvador/BA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)

25.4. Tributárias

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
INSS sobre Autônomos e Cooperativas	16.239,78	41.977,75	31.180,00	62.762,42
IPTU	658,25	658,25	631,05	10.708,73
IRRF	542,38	9.458,13	941,58	31.247,69
IOF Sobre Aplicações Financeiras	34,55	166.065,90	-	167.750,29
IOF Sobre Aplicações Financeiras	452,59	97.371,44	-	-
Outros Impostos e Taxas	8621,21	32.895,53	4181,69	19.509,92
<b>26.538,76</b>	<b>348.427,00</b>	<b>36.934,32</b>	<b>291.979,05</b>	

27. RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Receitas Financeiras	636,97	1.310.141,19	26.396,46	5.052.550,12
Despesas Financeiras	(131.808,06)	(6.134.672,03)	(174.335,27)	(7.237.612,26)
	<b>(131.171,09)</b>	<b>(4.824.530,84)</b>	<b>(147.938,81)</b>	<b>(2.185.062,14)</b>

28. INDICADORES

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>				
Ativo circulante	=	0,493	1,060	0,60
Passivo circulante				
<b>Índice de Liquidez Geral</b>				
Ativo circulante + Ativo não circulante	=	0,928	1,001	1,33
Passivo circulante + Passivo não circulante				
<b>Índice de Solvência Geral</b>				
Ativo total	=	0,928	1,235	1,33
Passivo circulante + Passivo não circulante				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Ratêio de Horas Técnicas	12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54	12.017.420,54
	<b>12.746.726,53</b>	<b>12.746.726,53</b>	<b>12.017.420,54</b>	<b>12.017.420,54</b>

São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada unidade hospitalar paga para Matriz a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

transferidas para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO", bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. - **Crítico Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**: Os detalhes sobre a política contábil, concernente a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2. ATIVO IMOBILIZADO", letra "d", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retro mencionados, e que, ao emitir dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação não enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, que entrariam em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSENCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvalores relacionados, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contratuais, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dires da Resolução CFC 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Enfase: Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre unidades:** Os recursos destinados aos custos das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para concluídos em 24/06/2021 - HIT; 30/04/2023 - AME-SJC; 24/06/2023 - CEP-SOL; 26/02/2023 - HEAL CG 001/2019; 06/06/2022 - HRJR; 11/12/2022 - HRSIC 03/04/2023 - HR; 19/12/2024 - HRLN; 31/12/2024 - AME-PARQUEIRA-ACU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administração - SP não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019; HRJR, HRR e HRLN, não foram evidenciados os registros destes bens em contas de controle. Ativo e Passivo compensados, enquanto, para as unidades CEP-SOL e HIT, os relatórios apresentados dos registros não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão estes estão sendo controlados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensados). Contudo, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 - Transações entre unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autORIZAÇÃO, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 27 de abril de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e

29. EVENTOS SUPOSTOS (EM REAIS)

HEAL - Com advento do fim da vigência do contrato de gestão 001/2019 em 25/02/2022, conforme cláusula primeira do primeiro termo aditivo ao contrato em questão. Houve o interesse entre as partes para renovação do contrato de gestão, por mais 12 (doze) meses, através do terceiro termo aditivo, celebrado em 25/02/2022. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adesão às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

DIRETORIA

<b>André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes</b>
Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72
<b>Ernesto Stangueti</b>
Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15

CONTADOR

<b>Raphael Lindenbach de Morais</b>
CRF 1SP 261037

consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos critérios internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulnia, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas feitas pela administração e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira confiável com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo, para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as obrigações éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Goiânia - GO, 19 de abril de 2022.

Work7 Auditores Independentes 55  
CNPJ 160.001891-55 - BA - CVM 12.424

José Ricardo Xavier  
Contador CGO-0131875/0-0 5ª BA

# Coluna ESPLANADA

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA

## CHOQUE

O dedo na tomada é inegável dos dois lados, e o curto-circuito gerado é a politização do projeto em ano eleitoral. De um lado, o governo de Jair Bolsonaro (PL) quer privatizar a Eletrobras sob críticas dos contrários de que pede preço de banana na feira, e com risco de perder a soberania nacional sobre a geração de energia para um potencial sócio estrangeiro. De outro lado, fica evidente por parte do TCU o viés político para tentar barrar a venda. Relator do processo, o ministro Vital do Rego é egresso da ala do MDB ligada a Renan Calheiros (AL), o maior opositor de Bolsonaro no Senado, e grande aliado de Lula.

## Vista

Em novo revés que atrapalha o plano do Governo, o TCU suspendeu o julgamento da segunda etapa da privatização após pedido de vista apresentado por Vital do Rego. O ministro queria prazo de 60 dias, mas foi convencido a reduzir para 20 dias.

## Maio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já prometeu o mês de maio como prazo final para desobstruir a venda da Eletrobras. E se Lula for eleito, a empresa não será privatizada.

## Corporativismo

O caso do agora condenado Daniel Silveira simboliza o corporativismo na Câmara. Há meses, o parecer do Conselho de Ética que pede a suspensão do mandato do deputado aguarda análise no plenário.

## Rompimento

Na esteira da insatisfação das categorias das forças federais com a demagogia do presidente Jair Bolsonaro emprometer aumento salarial não cumprido, os delegados federais saltaram uma dura nota - a mais crítica desde o início do Governo do Capitão - indicando um rompimento do apoio ao chefe da nação.

## Freio

Entre os pontos da nota oficial, a corporação vai fazer o dever de casa a seu jeito, com um freio nas atividades: redução de produtividade nas atividades administrativas de fiscalização. A Associação Nacional dos Delegados de PF também orientou a classe a não aceitar viagens em missões sem o prévio acordo de reembolso de diárias.

## Caixa-preta

# Manifesto de juristas defende prévias do PSDB e candidatura de João Doria

## AGÊNCIA ESTADO

Um manifesto assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram o ex-governador de São Paulo João Doria para disputar a Presidência da República pelo partido. A carta, escrita na quarta-feira, 20, e divulgada pela assessoria de Doria, afirma que "ninguém no partido ou fora dele tem autoridade" para desrespeitar a decisão tomada pela sigla em novembro do ano passado.

"Ninguém no partido ou fora dele tem autoridade para violentar os 34 anos de história da Social Democracia, para rasgar o estatuto ou para anular a decisão democrática, soberana e irrevogável dos filiados em função de interpretações pessoais e subjetivas sobre o quadro eleitoral, ou articulações desautorizadas com outros partidos políticos. Não é necessário ser especialista em direito eleitoral ou partidário para ter absoluta convicção disso", diz trecho do manifesto.

"O candidato à Presidência da República legalmente constituído pelo PSDB para as eleições de 2022 é JOÃO DORIA, que será PROCLAMADO pela Convenção Nacional Eleitoral a ser realizada entre 29 de julho e 5 de agosto. Quem, honestamente, dese-



MANIFESTO assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram João Doria para disputar a Presidência da República

jar colaborar com o Brasil estará engajado na sua campanha", diz ainda o manifesto.

Doria é alvo de ação orquestrada por lideranças tucanas, como o deputado federal Aécio Neves (MG) e o senador Tasso Jereissati (CE), que tentam lançar o ex-governador gaúcho Eduardo Leite como candidato do partido à Presidência no lugar dele.

Leite tem dito respeitar as prévias, mas defende que o partido não pode se apegar ao resultado. Diz que o PSDB deve estar aberto a

discutir outras alternativas que se mostrem viáveis para unificar a chamada terceira via, enquanto tenta se cacifar como opção.

O ex-governador paulista classifica a articulação como golpe. A situação tem aprofundado a divisão interna no PSDB, aparente já nas prévias.

A carta também surge em um momento no qual os partidos da terceira via discutem a formação de uma chapa única formada por partidos como o União Brasil, MDB, Cidadania e PSDB.

# PONTO DE VISTA

Joaci Góes



## Caminho de Compostela 4

O casal amigo Cristina e Augusto César Mangabeira Nunes.

Brasileiros, em geral, baianos e nordestinos, em particular, que fazem qualquer dos caminhos para Compostela, não podem deixar de refletir sobre o excepcional impacto, de múltiplas origens e dimensões, se o deslocamento a pé, entre regiões do Brasil, não fosse impedido pela infância da insegurança reinante, em toda parte.

Restringimo-nos ao caso baiano que já desfrutava, ainda que de modo limitado, das badaladas caminhadas pela Chapada Diamantina, tendo como centro a histórica cidade de Lençóis. Se, como exemplo, aparelhássemos e dessemos segurança ao percurso entre Morro do Chapéu e Rio de Contas, de cerca de 300 km, é fácil compreender o crescente número de andarihos, entre nacionais e estrangeiros, que

cederiam aos apelos de percorrer aqueles vastos horizontes, em ambientes refrigerados, com temperaturas oscilantes entre 8 e 20º.

Passando para o nível do mar, os 1183 km da orla baiana, a de maior extensão no território nacional, têm tudo para se transformarem numa meca mundial dos amantes do peripatetismo. Tão grande extensão seria dividida em percursos com apoio assegurado a distâncias nunca superiores a 10 km, para alimentação e dormida. Haveria uma verdadeira explosão de pequenos negócios, aptos a assegurar um padrão de vida sensivelmente superior ao usufruído pelas populações ribeirinhas, na atualidade, a exemplo do que ocorre com os espanhóis que vivem ao longo dos caminhos para Compostela. É claro que essa possibilidade se estende a toda costa brasileira, do Oiapoque ao Chui. A ênfase à costa nordestina decorre do

singularíssimo fato de ensejar o banho de mar, em águas tépidas, a qualquer hora de cada um dos 365 dias do ano, fenômeno sem igual em qualquer outro litoral tão extenso.

É claro que nos dias atuais essa possibilidade não passa de uma quimera, assim continuando enquanto nossa população, com o silêncio culposos das elites, continuar de costas para o reconhecimento da educação como o fator básico e fundamental para o desenvolvimento dos povos na sociedade do conhecimento em que o Mundo está imerso.

No caso da Bahia essa possibilidade é ainda mais remota pela queda acentuada nos índices que medem o bem estar dos povos, de que é prova maior o fundo do poço a que chegou a educação em nosso estado que ocupa, hoje, a mais baixa posição, entre as 27 unidades da Federação.

Um dado alarmante, do qual a maior parte da população parece não se dar conta, é sua detrimenosa ocupação do primeiro posto em números absolutos de homicídios praticados em todo o Brasil. Apesar disso, o sistema penal vigora-se em nosso Estado revela-se alta-

mente leniente com o crime. Basta mencionar que dos 700 mil detentos existentes no País, a Bahia participa com, apenas, 17 mil, quando, tomando-se como referencial o percentual de 7,3% de sua população, sobre a população nacional, o número de infratores penais, na Bahia custodiados, deveria ser superior a 50 mil! Essa ostensiva e inegável impunidade praticada na Bahia, tem sido sensivelmente agravada pelo estímulo oficial à marginalidade inerente à ação do MST, associado a traficantes de drogas e assaltos na periferia dos núcleos urbanos dotados de atração turística. Esses marginais contam com o apoio de advogados que desonram a profissão.

Em nossa caminhada para Compostela, reiteradamente, inteiramo-nos das origens, escolaridade e padrão de vida dos inúmeros proprietários dos pequenos negócios que pululam à beira do percurso, para sermos assolados pelo desgosto de vermos a distância abissal existente entre o que somos e o que poderíamos ser, se outro fosse o nível da educação de nossa gente.